



Recebido em 14/03/2021

Aceito em 21/05/2021

DOI: 10.26512/emtempos.v1i38.36913

ENTREVISTA

“Sobre as mulheres, um silêncio que gritava”: duas décadas da primeira obra historiográfica sobre mulheres e Ditadura Militar no Brasil, entrevista com a professora Dra. Ana Maria Colling

“About women, a silence that screamed”: two decades of the first historiographical work on women and the Military Dictatorship in Brazil, interview with Professor Dra. Ana Maria Colling

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Doutor em História pela UFGD

Professor temporário na UFMS

orcid.com/0000-0001-7918-1892

academicoary@gmail.com

RESUMO: A presente entrevista busca retratar e rememorar as mais de duas décadas de publicação da obra “A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil” publicado em 1997 pela Editora Rosa dos Tempos, escrita pela historiadora Ana Maria Colling. Retratando os desafios no campo da história, bem como o acesso aos documentos da repressão então liberados, pós-redemocratização, a entrevista mescla o estado da arte com a trajetória acadêmica e intelectual da autora, a qual se tornou umas das referências mais mencionadas em relação à temática ditadura e mulheres. Agradeço a professora Ana Maria Colling por ceder gentilmente essa entrevista, especificamente para este Dossiê, tão significativo e necessário nos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Ana Maria Colling. Mulheres. Ditadura. Historiografia.

ABSTRACT: The present interview seeks to portray and recall the more than two decades of publication of the work “The resistance of women to the Military Dictatorship in Brazil” published in 1997 by the historian Ana Maria Colling. Portraying the challenges in the field of history, as well as access to the repression documents then released, post-redemocratization, the interview merges the state of the art with the academic and intellectual trajectory of the author, which has become one of the most mentioned references in terms of thematic. I thank Professor Ana Maria Colling for kindly giving this interview, specifically for this Dossier, which is so significant nowadays.

KEYWORDS: Ana Maria Colling. Women. Dictatorship. Historiography.

Introdução

A Ditadura Militar no Brasil ao longo das últimas décadas passou a ser cada vez mais estudada, analisando diferentes perspectivas, sob o olhar de diferentes sujeitos. Para muitos ditadura militar, para outros civil-militar, mas todos, denunciando o caráter golpista e violentador dos direitos humanos perpetrado por quem ocupou o poder durante 21 anos em nosso país.

A década de 90 do século passado viu não apenas a tímida liberação de alguns poucos documentos oriundos da repressão, mas a curiosidade de pesquisadoras e pesquisadores sobre os mais variados temas que envolviam estes tristes tempos.

Dentre estes temas é destacada a análise da presença feminina na resistência à ditadura militar. Assim, estudos pioneiros como os de Marcelo Ridenti (1990;1993), Elizabeth Ferreira (1996) trouxeram a partir das Ciências Sociais e da Antropologia possibilidades de se pensar a militância de mulheres que atuaram politicamente em diferentes frentes durante a ditadura militar brasileira.

Importante destacar que obras memorialísticas, como “Memórias das mulheres do exílio”, organizada por Albertina Costa *et al* (1980) dentre outras já haviam sido publicadas em plena ditadura e traziam uma importante voz na luta por direitos políticos e de protagonismo feminino.

No campo da historiografia até 1997 não havia sido produzida nenhuma obra específica sobre a temática das mulheres e a militância na Ditadura Militar. Assim, em 1994, oriunda de sua dissertação de mestrado intitulada *Choram Marias e Clarices – uma questão de gênero na ditadura militar brasileira* defendida junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ana Maria Colling publicou sua obra “A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil”.

Nota técnica:

A entrevista a seguir foi realizada gentilmente pela professora Dra. Ana Maria Colling exclusivamente para compor o Dossiê "Ditaduras latino-americanas no século XX: corrupção, violência e meio ambiente" a meu convite. A entrevista foi realizada entre o final do mês de fevereiro e início de março de 2021.

Entrevista

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior: Esse ano o seu livro “A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil” publicado em 1997 pela editora Record completa 24 anos de publicação. Mas, antes de abordá-lo, conte-me um pouco sobre a trajetória da senhora e quais foram/são suas maiores inspirações acadêmicas?

Ana Maria Colling: Fiz mestrado na UFRGS e doutorado na PUCRS com estágio em Coimbra/PT. Mas antes de me transformar em pesquisadora fui professora na rede pública do Rio Grande do Sul, trabalhando com séries iniciais e ensino médio e na Universidade (UNIJUI) no curso de História. Após ser doutora passei a trabalhar em

mestrados no campo da Educação. Depois de aposentada concorri a uma bolsa ofertada pela CAPES - PVNS (Professora Visitante Nacional Senior) junto à UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados, com um projeto de pesquisa sobre as mulheres na Guerra do Paraguai. Após a renovação e término da bolsa, continuo na UFGD atuando no Programa de Pós Graduação em História e, especialmente como pesquisadora da UNESCO junto à Cátedra “Diversidade cultural, Gênero e Fronteiras” e no LEGHI – Laboratório de Gênero, História e Interculturalidade.

Quando cursava o mestrado fui “apresentada” às questões de gênero” e à historiadora de mulheres Michele Perrot, que recém havia lançado sua obra clássica, “Os excluídos da História – operários, mulheres e prisioneiros” lançado pela Paz & terra em 1988. Também, travei o primeiro e impactante contato com Michel Foucault. Isto foi marcante em minha vida acadêmica e como futura pesquisadora.

Depois desses “encontros” nunca mais abandonei Perrot e Foucault, que tem uma produção vasta e maravilhosa, mais tarde agregados a tantos/as outros/as autores/as brasileiros e internacionais. Neste tempo de novas descobertas acadêmicas, de novas leituras, eu possuía um especial carinho para a Editora Rosa dos Tempos, que pertencia à Record e que tinha como editora uma brava feminista – Rose Marie Muraro, que publicava o que havia de melhor sobre estas novas temáticas.

Ary Albuquerque: Quais foram as motivações da senhora quanto ao tema de pesquisa naquele período?

Ana Colling: Era o começo dos anos 90 e eu cursava Mestrado na UFRGS quando fui surpreendida por uma notícia nos jornais de Porto Alegre anunciando que os documentos do DOPDS estariam disponíveis à pesquisadores/as. Como ex-militante de esquerda tinha curiosidade em saber quais eram os discursos dos militares golpistas sobre as mulheres que faziam oposição a eles. Homens que haviam lutado contra a ditadura ocupavam altos cargos nos governos estadual e municipal do Rio Grande do Sul, e escreviam suas biografias, e análises sobre a ditadura Sobre as mulheres, um silêncio que gritava. A partir daí, sob a orientação da Professora Céli Pinto, com a cara e a coragem, fui à luta.

Lembro de dois pontos fundamentais: era a primeira vez que os documentos do DOPS estavam sendo colocados à disposição. E, com o fim da ditadura em 1985, a anistia foi dada ao torturado e ao torturador, portanto muitos algozes continuavam ativos em seus postos. No caso do Rio Grande do Sul, Amaral de Souza, último e medíocre governador indicado pela ditadura, com medo que a oposição chegasse ao poder, via eleições, no dia 27 de maio de 1982, determinou a incineração dos preciosos arquivos do DOPS. Quatro caminhões de mudança levaram toneladas de documentos do DOPS da Avenida Ipiranga para os fornos de uma olaria da Brigada Militar em Gravataí, na Grande Porto Alegre, onde queimaram durante oito horas. Viraram cinzas os papéis que contavam 44 anos de repressão política do DOPS gaúcho, criado na ditadura do Estado Novo de Vargas. Mas é sabido e provado que estes documentos foram microfilmados. Foucault nos ensina das relações de poder e saber, desta

maneira, jamais os detentores do poder iriam incinerar documentos tão preciosos, sem guardar cópias.

Outro ponto que considero fundamental para esta análise, são os discursos dos militares sobre as mulheres que os enfrentaram durante a ditadura, lembrando o papel historicamente destinado como “natural” às mulheres – o casamento e a maternidade. O mundo público, da política era um lugar exclusivamente masculino. As mulheres que ousassem, apesar do movimento feminista, que estava se iniciando, adentrar a este espaço de poder, receberiam castigos dos mais variados, que foi o que ocorreu com as militantes de esquerda.

Ary Albuquerque: Acerca do livro “A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil”, quais foram os principais desafios em sua produção, uma vez que foi o primeiro no campo da História a tratar do tema?

Ana Colling: Meu livro *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, foi publicado em 1997, e é resultado de minha dissertação de mestrado defendida na UFRGS em 1994 com o título “Choram Marias e Clarices – uma questão de gênero na ditadura militar brasileira”.

A ditadura terminou oficialmente em 1985 com a eleição de Tancredo Neves e a posterior posse de seu vice José Sarney (antigo apoiador da ditadura) e muitos livros sobre a resistência já haviam sido escritos por homens, ex-militantes. Sobre mulheres, quase nada, um silêncio absoluto. Inicialmente falo de minha surpresa ao saber através de Rose Marie Muraro, editora da Rosa dos Tempos, que meu trabalho era o primeiro no campo da História a tratar sobre as mulheres e a ditadura militar no Brasil. Mas, de fato, senti a importância deste livro quando de seu lançamento em 31 de março de 1997 em Porto Alegre. Livraria lotada, e na fila, aguardando seus autógrafos estavam as mulheres entrevistadas, anunciando com orgulho seus codinomes. Em uma palestra na Câmara de Vereadores da cidade estava presente uma das minhas entrevistadas (a que mais tortura sofreu e a que mais tempo ficou presa) acompanhada de sua filha, que tinha 8 anos quando de sua prisão e que os algozes anunciavam sua presença nas sessões de tortura. Ambas me abraçaram emocionadas, dando a entender que de alguma maneira estavam sendo vingadas. Só por isso, a publicação de meu livro tinha valido a pena.

Numa demonstração do ineditismo deste trabalho, fui convidada e participei, de programas em todas as rádios, canais de televisão e imprensa da cidade que deram grande destaque ao livro. Assim como Zero Hora um dos jornais mais lidos no estado, dedicou uma página ao trabalho, O Jornal do Comércio matéria de capa inteira no dia do lançamento, 31 de março. Jornal do Brasil do Rio de Janeiro, também dedicou uma página em edição dominical. Entre tantos, Gazeta Mercantil de SP, Diário de Pernambuco, O Globo/RJ. Em uma entrevista à Rádio da USP, em off cantei a música “Angélica” de Chico Buarque, pois o repórter não a conhecia, para falar de Zuzu Angel.

Após todo este movimento, com o lançamento de “A Resistência das mulheres à ditadura Militar no Brasil”, minha voz produziu efeitos e me transformei em referencial para os futuros estudos de mulheres e ditadura militar. Concordo com

Georges Duby, quando diz que nosso ofício perde o sentido se permanecer fechado em si próprio, pois a história deve ser consumida para além daqueles que a produzem. (DUBY, p. 162.)

Os desafios ou tortuosos caminhos em busca das fontes

Até chegar à defesa de minha dissertação, e posterior publicação pela Rosa dos Tempos, muito labutei. A trajetória na busca das fontes, é um trabalho de investigação histórica e, muitas vezes, repleta de revezes e dificuldades, exigindo da/o pesquisadora/o grandes doses de paciência e perseverança.

Quando decidi investigar o discurso da repressão sobre as mulheres “subversivas”, a primeira tarefa colocada foi o levantamento imediato das fontes, para ver o que elas ofereciam de concreto a um trabalho sobre as relações de gênero no período da ditadura militar.

O primeiro local a ser checado foi o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, que, segundo os jornais, estaria catalogando o material. Na primeira visita contato, que os documentos colocados à disposição das/os pesquisadoras/es e do público interessado eram somente de 1989 a 1991. Para o trabalho pretendido estas fontes não serviam; os partidos de esquerda já estavam legalizados e a anistia já havia sido conquistada. O que constava nesta documentação eram assembleias de sindicatos, festas de partidos e pronunciamentos de alguns políticos.

Recorro, então, à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, da Assembleia Legislativa do estado, que estava a todo vapor, devido a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo objetivo era a procura da documentação do DOPS,¹ supostamente incinerada na gestão do governo José Augusto Amaral de Souza. Amaral de Souza, como deputado havia apoiado o governo militar e mais tarde, indicado pelos golpistas para o governo estadual.

Na Assembleia legislativa gaúcha, obtenho a informação de que os Arquivos do DOPS teriam sido entregues ao Arquivo Público (aqueles que não haviam me interessado), e, que alguns microfimes do Departamento, encontravam-se no Palácio da Polícia. Volto novamente ao Arquivo Público e, novamente me garantem que ali havia somente os documentos anteriormente à mim apresentados.

Vou ao Palácio da Polícia onde sou recebida pelo comissário, que me diz possuírem microfimes sim, e que a consulta poderia ser imediata se fosse para procurar minha ficha pessoal, mas como a intenção era de pesquisa universitária, exigia-se um ofício dirigido ao diretor da Polícia, solicitando a pesquisa, assinado pela coordenadora do curso de mestrado da UFRGS.

Cometo um equívoco, provocado, talvez, pela minha inexperiência como pesquisadora e, por outro lado, subestimando o perigo das fontes que eu pretendia consultar. O ano era 1992 e muitos dos envolvidos em tortura durante aos de ditadura

¹ DOPS – Departamento de Organização Política e Social
SOPS – Serviço de Organização Política e Social

e repressão, estavam, certamente, ainda na ativa. Aceitei o argumento e a espera foi longa.

No Palácio da Polícia, após entregar um ofício assinado pela coordenadora do Mestrado em História da UFRGS, ao Diretor da Polícia, solicitando a pesquisa, e esperar durante um mês, recebo a resposta positiva, que me autorizava o acesso ao setor de microfilmagem da Polícia Civil.

Nas inúmeras vezes em que fiz ligação telefônica, solicitando o deferimento ao meu pedido, tive a sensação de que minha intenção de pesquisa havia causado preocupação e temor. Isto foi comprovado quando um amigo, professor da Universidade, telefone-me preocupado porque a polícia está a minha procura, fico radiante: enfim, a resposta. Ele não entende minha alegria com o recado, pois, especialmente naquele tempo, a polícia sempre nos causava medo e apreensão.

Recebo no Palácio da Polícia (Av. João Pessoa, 2050, 3º andar), um ofício assinado pelo delegado Newton Müller Rodrigues, chefe de polícia, informando que a documentação que pertencia ao DOPS na capital, fora incinerada, e, o que restava, na Polícia Civil, de documentação referente à época em que o DOPS existiu, era a microfilmagem de alguns documentos oriundos da Justiça Militar, à disposição do público interessado.

No seu despacho o chefe de polícia expede um ofício similar ao diretor do Departamento de Informática Policial, autorizando a consulta no serviço de microfilmagem e solicitando toda atenção à pesquisadora. (Os ofícios estão anexos ao texto)

O ofício informa ainda que os únicos documentos remanescentes do DOPS (que se encontravam no interior do estado do Rio Grande do Sul) haviam sido encaminhados ao secretário da Justiça e Cidadania em ofício de janeiro de 1992 (documento anexado ao ofício), já que este presidia a comissão a respeito.

O diretor do Departamento de Informática mostrou-se contrariado com o documento por mim entregue, dizendo que não possuía microfimes a respeito, perguntando ironicamente se eu não sabia que o DOPS havia sido extinto. Mesmo assim, encaminhou-me a sala de microfilmagens, onde me deparei com filmes em péssimo estado de conservação, sendo que nenhum deles tratava do período político pretendido para a pesquisa.

Encontro somente documentos do IML (instituto Médico legal) e a determinação de funcionários em afirmar que por ali jamais haviam passado documentos do DOPS. Apesar de desestimulada pelo que não encontrei, resolvi dar atenção ao item de despacho do chefe de polícia e sair à procura dos documentos enviados pelo DOPS ao interior do estado.

É conveniente lembrar que até essa época o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, estava subordinado à Secretaria de Justiça e, portanto, era este o local onde deveriam estar os documentos. (Atualmente o Arquivo é subordinado à Secretaria de Administração e Recursos Humanos). Como já havia ido várias vezes ao Arquivo e recebido sempre a mesma resposta, de que lá somente se encontravam arquivos do

DOPS de 1989 a 1991, me restavam como alternativas, desistir da pesquisa ou, como caçadora, farejar as pistas em outros lugares.

Mas na história também há espaço para fadas madrinhas. E eu, neste caminho de pesquisa encontrei uma. Lícia Peres,² na época diretora da Casa da Mulher junto à Casa da Cidadania, possuía um passado de resistência ao regime militar, fazendo parte da Campanha pela Anistia. Lícia, feminista e socióloga, interessada na produção intelectual sobre a luta das mulheres, engajou-se de imediato na minha proposta de trabalho, disposta a abrir caminhos para chegar às fontes de pesquisa necessárias à sua viabilização.

De imediato ligou para a Secretaria de Justiça, obtendo a informação de que os documentos do DOPS estariam no Arquivo Público, naquele momento subordinado à Secretaria da Administração. Colocou-me em contato telefônico direto com o secretário Walter Nique, que numa ligação telefônica ao Arquivo Público solicitou que os documentos fossem colocados à minha disposição.

Nesta nova conjuntura, dirijo-me novamente ao Arquivo Público e, com surpresa, me deparo com 42 caixas enfileiradas, repletas de documentos, à minha espera para serem manuseados e analisados. O argumento dos funcionários e da direção do Arquivo, por terem me negado o acesso nas vezes em que lá estive, foi pelo motivo de que os documentos ainda não terem sido catalogados. Início então um trabalho que durou três meses. Sonho de uma pesquisadora, a primeira a ter acesso ao material, caixas desorganizadas, que ao serem abertas me encantam pela riqueza de conteúdo.

Ary Albuquerque: Atualmente temos inúmeros bancos de dados que nos permitem acessar documentos de outros períodos, em sua maioria digitalizados, mas pouco se reconhece os desafios no campo do acesso às fontes na década de 90 do século passado. Como foi lidar com a ausência de fontes escritas?

Ana Colling: Apesar de possuírmos documentos digitalizados com mais fácil acesso, o trabalho de um/a pesquisador/a sempre é árduo. Que perguntas fazer aos documentos, sempre é crucial, pois a história somente responde às perguntas que fazemos.

No caso em análise, ao abrir e separar o material contido nas caixas, que traziam muitos documentos sobre drogas e traficantes entre os documentos políticos, meu olhar tinha uma direção: as mulheres. Este era o tema principal de meu trabalho. Mas, os documentos, assim como a história, falam pouco de mulheres, pois elas são invisíveis como sujeitos históricos. É preciso correr atrás de suas pistas, que são tênues.

Não aconteceu diferente com os discursos do DOPS/SOPS resumidos nos documentos que encontrei nas 42 caixas. Poucas mulheres, a maioria delas, filhas, esposas e amantes de sujeitos políticos de oposição ao regime militar. Encontro

² Lícia Peres, morreu em Porto Alegre, aos 77 anos em 2007, deixando um vazio no movimento feminista e na luta contra a ditadura.

inúmeros casos assim. Mulheres como amásias e amantes sucedem-se nos documentos do DOPS. São Marias, Rosas, Beneditas, Carlas. Todas com atividades subversivas segundo a repressão, mas elas não são importantes, pois em primeiro lugar aparece seus envolvimento com os homens subversivos.

Muitas, descritas como desalmadas, por terem abandonado seus lares, seus filhos. Sempre como elementos desviantes dos papéis sociais, pois lugar de mulher não é na política. Elas são descritas como mal educadas pela família, mal amadas ou homossexuais. Apêndice dos homens, sem vontade própria, como marionetes.

Esta linha de desqualificação do feminino como militantes políticas autônomas somente é quebrada com a descrição de algumas religiosas, nos documentos da repressão. Elas não possuem companheiros, maridos e tem o poder de persuasão da religião a engrandecê-las. Por serem celibatárias, não estariam a procura de homens, portanto, perigosas. Pelos estes motivos acima descritos, concluí que os documentos do DOPS/SOPS sobre as mulheres seriam insuficientes para o que eu pretendia.

Surge então a ideia de entrevistar mulheres que haviam sido presas pela repressão. Inicialmente, uma dificuldade em encontrar estas mulheres. Eu sabia que elas existiam, mas onde estavam? Converso com uma deputada do PC do B Jussara Cony, que me indica alguns nomes e a partir daí, tal qual uma rede, uma corrente, elas foram aparecendo. Através de uma ia chegando a outra e, no final possuía uma extensa lista de militantes presas e muitas torturadas pela ditadura militar.

Começo então o trabalho de entrevistas feito conjuntamente com o fichamento no Arquivo Público. E, pela riqueza das entrevistas, a proposta inicial é modificada. Se antes os documentos do DOPS eram o fundamento principal, as entrevistas, pela sua riqueza, tomaram o seu lugar. A história oral possibilitar trazer à visibilidade as mulheres, trazendo ao palco suas vozes e também seus silêncios. Por esse motivo, segundo Perrot, a história oral é uma revanche das mulheres, que estão ausentes, nos arquivos públicos e oficiais.

Ao finalizar a tarefa de ouvir as mulheres (decidi por seis, número suficiente para o que eu desejava), surgiu a necessidade de entrevistar homens, pertencentes a partidos de esquerda, que haviam sido presos, alguns torturados pela repressão. Eles foram fácil de encontrar, pois estavam ocupando cargos públicos e políticos. A sua relação com o torturador e, especialmente, sua relação com as companheiras de partido clandestino, ou no exílio, mostrava-se fundamental neste momento.

Ao colocar um gravador entre eu e minhas entrevistadas (cada uma separadamente) elas falaram. Ao falarem, apesar das marcas profundas, das lágrimas provocadas pelas suas memórias, perceberam, pela primeira vez, que possuíam uma história.

Ary Albuquerque: Podemos dizer que com o advento do século XXI surgiram muitas pesquisas e conseqüentemente estudos sobre a participação das mulheres na Ditadura Militar. Como a senhora vê esse crescimento?

Ana Colling: A relação entre história e memória, ocupa historiadores/as que tem como tema a ditadura militar no Brasil. Há, na atualidade, mais do que nunca, uma disputa pela memória, um jogo de interpretação dos fatos e de suas “verdades”. Pierre Nora, fala dos “lugares de memória” constituídos por um “jogo da memória e da história”. Segundo ele memória e história não são sinônimos. Sobre as memórias das mulheres que resistiram à ditadura militar há muito por se dizer e escrever. Suas lembranças e a luta contra o esquecimento são fundamentais nesta disputa de interpretações (NORA, 1993).

A escrita sobre mulheres e ditadura é ainda muito tênue se comparada aos países vizinhos que passaram pela mesma tragédia. Tenho acompanhado, com muita satisfação, uma grande produção de dissertações e teses em universidades de vários estados brasileiros, mas esta produção pouco se traduz em publicações. Defendo que a publicação dos trabalhos de pesquisa, feitos com seriedade e afinco, devam ser socializados, permitindo que a história seja consumida além dos muros da academia.

Ary Albuquerque: Em seu livro “A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil” (1997) destaca a forma como a repressão representava as mulheres militantes tanto nas ações verbais quanto nos documentos apresentados. Gostaria que elucidasse melhor estas questões.

Ana Colling: A desqualificação do feminino que acompanha a história foi radicalizada durante a ditadura militar. Como em todos os processos históricos ou do cotidiano, o corpo das mulheres é o alvo prioritário do poder. Essas mulheres que ousaram romper os padrões e lugares estabelecidos para os dois sexos, adentrando o espaço público e político, eram certamente desvios do feminino e cometiam dois pecados aos olhos da repressão: de fazer oposição à ditadura e abandonar seu lugar “natural”, o lar. Segundo o relato de minhas entrevistadas, que foram torturadas ou não, todas eram acusadas de *putas comunistas*. Acusá-las de comunistas não era suficiente para desmerecê-las, era necessária uma acusação moral, de efeito mais devastador junto às famílias, prostitutas. Afinal, se estavam em um lugar que não era o delas, estavam à procura de homens ou eram homossexuais (também um desvio do feminino).

O corpo das mulheres é alvo de poder daqueles que se sentem donos daqueles corpos enjaulados: estupros ou tentativas de estupro, socos, e outras formas de agressão física. A tortura psicológica era constante, pois o primeiro ato era despir a mulher e vendá-lhe os olhos, fazendo somente sinais de suas presenças. O corpo negro e pobre, como em todas as situações em nosso país, é o que mais sofre violências. As jovens que compunham os grupos de esquerda que combatiam os golpistas eram em sua maioria estudantes secundaristas ou universitárias de classe média. Uma de minhas entrevistadas era negra e operária e possuía uma filha de 8 anos, foi a mais torturada e somente foi libertada pela Lei de Anistia.

Ary Albuquerque: Em 2015 foi publicado o “Dicionário Crítico de Gênero” em parceria com o Prof. Dr. Losandro Antônio Tedeschi, tendo sido vencedor de prêmios e contando

com a apresentação da historiadora Michelle Perrot. Qual é significado dessa obra? E como ela contribui para o campo das Ciências Humanas?

Ana Colling: A publicação do *Dicionário Crítico de Gênero*, agora em 2ª edição revista e ampliada, na minha opinião, é um marco nos estudos da história das mulheres e das relações de gênero, e quem assevera isso é a historiadora francesa Michele Perrot no prefácio que inaugura a obra. Um marco por vários motivos no meu entender: por aglutinar pesquisadoras/es de diversos países e no caso do Brasil de diversas instituições e regiões; por ter se constituído como material de pesquisa com verbetes que encaminham para novas leituras para quem quer se aprofundar na temática, e, finalmente por demonstrar em duros tempos de “ideologia de gênero” e “escola sem partido”, o quanto é necessário falarmos e escrevermos sobre estes temas. Tenho certeza que o Brasil passará por tempos melhores, deixando para trás o obscurantismo e o desprezo pela ciência e pela educação. A premiação em 2016 do prêmio ABEU na categoria Ciências Humanas, foi a prova disso. Por outro lado, este descaso com a educação e o descrédito na ciência, que assistimos dia após dia, serão responsáveis por consequências nefastas na futura educação de crianças, jovens e adultos.

Ary Albuquerque: Em suas produções, vemos a presença de Michel Foucault, como ele nos ajuda a compreender a sociedade e especificamente os estudos em torno das mulheres na Ditadura Militar?

Ana Colling: Todos e todas historiadoras/es que trabalham com história das mulheres, relações de gênero, sexualidades são devedoras à Foucault. Apesar de pouco falar em mulheres suas ferramentas teóricas são fundamentais para se trabalhar estas questões, para questionar, levantar suspeitas sobre o eterno feminino. Falar de uma mulher era falar de todas as mulheres, todas igualmente presas nas tramas da identidade, da natureza e da representação.

Michel Foucault revolucionou a vida das mulheres, ou pelo menos a sua história, ao mostrar em suas obras que os objetos históricos são meramente construções discursivas, libertando-as da sua natureza, permitindo que pudessem tomar para si sua história. Mostrou-nos que tudo aquilo que invocamos do passado passa por um intrincado jogo de relações de poder e saber e instituem verdades. Aprendemos com ele que as mulheres assim como os homens, são simplesmente um efeito de práticas discursivas e práticas não discursivas. Segundo Veyne, “os discursos são as lentes, através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram (VEYNE, 2011, p. 50).

Foucault aponta para a necessidade de problematizar o sujeito como objeto constituído: “Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história” (FOUCAULT, 1996, p. 10-11).

Em *História da Sexualidade e Hermenêutica do Sujeito*, Foucault se ocupa da função do discurso como formador de subjetividade. Esta função consistiria em ligar o sujeito à verdade. E, se a verdade existe numa relação de poder e o poder opera em conexão com a verdade, então todos os discursos poderiam ser vistos funcionando como regimes de verdade. A produção de identidades pelos discursos, ao mesmo tempo em que inspira liberdades, organiza práticas de disciplinamento e de controle.

Sobre as mulheres e a ditadura militar, minhas principais perguntas de pesquisa, eram como a repressão constrói a “mulher subversiva” através de seus discursos e se existia um modelo de “mulher subversiva” para ela. Perguntava ainda se a “mulher subversiva” era uma anormalidade, um desvio nos discursos da repressão, e se este discurso atingia as demais camadas da sociedade.

Portanto, as obras, o pensamento de Michel Foucault, foram fundamentais para o entendimento em minhas pesquisas sobre as mulheres e a ditadura militar, como são fundamentais nos estudos sobre a história das mulheres. Durval Muniz, historiador estudioso de Foucault resume a importância de Foucault para a história numa pergunta: “como foi possível que tal objeto viesse à tona, como foi possível acreditarmos como a-histórico ou natural algo que foi urdido nos embates da História? O que nos fez ser o que somos? É possível sermos diferentes, pensarmos o diferente? A História deve ser a incômoda pergunta que não cessa de questionar o silêncio, o sono, o corpo, a vida” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 162

Ary Albuquerque: Quais os planos para os próximos anos e como vê os debates em torno das relações de gênero, ditadura militar e História daqui há alguns anos?

Ana Colling: Tenho escrito muito sobre a ditadura militar no Brasil e a resistência feminina. Falar sobre a luta das mulheres, sua presença nas organizações de esquerda para combater a ditadura, em nome da liberdade, não é diferente de falar sobre as mulheres, o feminino, as relações de gênero em outros contextos. Em 2022, em suas bodas de prata, pretendo lançar uma nova edição de “*A resistência das mulheres à ditadura militar no Brasil*”.

Em 2015 por conta da morte de Inês Etienne Romeu aos 72anos escrevi um texto sobre sua vida e de sua importância para a história. Agora, anos depois, acompanho com alegria a confirmação da prisão do sargento Antonio Waneir Pinheiro de Lima, acusado de sequestrar, torturar e estuprar Inês Ettiene. No dia 25 de fevereiro o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, negou recurso da defesa do sargento. Segundo a magistrada (uma mulher) que negou o pedido, para crimes contra a humanidade não existe anistia nem prescrição.

Inês Ettiene Romeu foi a única sobrevivente da Casa da Morte em Petrópolis/RS, centro clandestino da repressão para prisão, tortura e mortes. Quem lá entrou não saiu com vida, com exceção de Inês, que viveu para acertar contas com a injustiça e o terror. Em 1981, Inês localizou e denunciou a casa onde torturavam, estupravam e matavam militantes de esquerda, em sua grande maioria muito jovens. Graças à memória de Inês, vários torturadores foram identificados, assim como a atuação do médico Amilcar Lobo responsável por manter os prisioneiros vivos.

Infelizmente um pedaço da história do Brasil está comprometido pelo governo Bolsonaro. Muitos jovens foram “capturados” pelas idéias negacionistas. Não podemos nos esquecer de Bolsonaro que no impeachment de Dilma Rousseff, primeira mulher presidenta do Brasil, e ex-militante de esquerda, dedicou seu voto ao coronel Brilhante Ustra, torturador de Dilma. Ustra conhecido como “Major Tibiriçá” foi responsável pelo centro de tortura Doi-Codi entre 1970 e 1974. Em outubro de 2008 num processo inédito no Brasil, Ustra tornou-se o primeiro oficial a ser declarado e condenado como torturador no Brasil.

A história de Inês Ettiene Romeu fará parte da nova edição, em suas bodas de prata de “A Resistência das mulheres à ditadura militar no Brasil”.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru/SP: Edusc, 2007.

DUBY, Georges; LARDREAU, Guy. *Diálogos sobre a Nova História*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP, n. 10, 1993.

PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005.

PERROT, Michele. Práticas da Memória Feminina. In: Bresciani, Maria Stella Martins (org.). *A Mulher no Espaço Público*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

VEYNE, Paul. *Foucault. Seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.